

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em Políticas Públicas

E-mail: roberto.simoies@ufes.br

/// Dia batizado de “Batalha das Cores” foi precipitado pelo discurso do ex-presidente Collor no Palácio Planalto visando a minorar a queda de popularidade

Por que 16 de agosto?

No livro “O Impeachment de Fernando Collor. Sociologia de uma crise”, do professor Brasílio Sallum Jr. (USP), deparei-me com o significado de 16 de agosto de 1992, um domingo. Esse dia, batizado de “Batalha das Cores”, foi precipitado pelo discurso que o ex-presidente Collor fez três dias antes no Palácio Planalto, visando a minorar a brutal queda de sua popularidade, ao anunciar incentivos para 1.500 taxistas.

Impulsivo, o atual senador investigado na Lava Jato, conclamou “todo o Brasil” a ir “às ruas no próximo domingo vestindo as cores da bandeira para mostrar onde está a verdadeira maioria. Está na minha gente, no meu povo, nos pés descalços [...] naquele por quem fui eleito e para quem estarei governando até o último dia do meu mandato”. Então, é intencional, na crise atual, a escolha de 16 de agosto para a próxima manifestação?

Em menos de três dias, em 1992, sem as redes de hoje, lideranças políticas, sindicais e sociais decidiram realizar manifestações em 16 de agosto usando “as cores nacionais (para não aceitar a sua expropriação por Collor) atravessadas por dizeres em preto” ou “se vestiriam de

preto ou com tarjas negras”.

No domingo, reuniram-se em frente da Casa da Dinda umas trezentas pessoas vestidas de verde e amarelo; em que pese o fracasso, o então presidente Collor, pelas 11 horas, foi correr com dois judocas bem-sucedidos nas Olimpíadas de Barcelona. Do outro lado, houve 24 manifestações pelo país, “ao invés das poucas que ocorreram antes”; em Vitória, registra-se carreamento com 500 carros. Das 16 com informações, participaram quase 80 mil manifestantes. Observa-se, em comparação com a crise atual, que o congresso e as ruas têm sinais de importância invertidos no processo.

O professor Sallum Jr. considerou o 16 de agosto de 1992 como “evento transformador”: “o presidente legitimou a manifestação política de ruas” que, frise-se, até então “não tinham tido sucesso marcante”, e o “discurso desautorizou o presidencialismo plebiscitário”. Em síntese: o ex-presidente Collor “reconhecia que era preciso uma intervenção popular para resolver uma questão que não poderia ser solucionada na esfera política-institucional”. A situação do ex-presidente Collor se agravou: ficou “isolado, partidária, política e socialmente”, seguindo o impeachment.

Por fim, pesaroso, relembro a memória do saudoso colega da Ufes, professor Alberto Tosi: o seu livro de “Brasil de Fernando a Fernando” foi amplamente citado pelo Prof. Sallum Jr.